

A elite carioca e sua pobreza envergonhada

The Carioca elite and its ashamed poverty

Ana Vasconcellos Freitas

Considerações iniciais

E tudo teria assim acontecido: o casal Pereira, ao chegar a sua casa, situada nas Águas Férreas, encontrou uma senhora de aparência sofrida que se identificou como

(...) sua [da esposa, Isolina Pereira] amiga de infância, sua colega de internato, hoje viúva de ilustre professor e em extrema penúria. Relembrando os dias felizes que juntas passamos, venho pedir que me auxilie a vencer as minhas grandes dificuldades. Maus negócios me arruinaram, e hoje, estou vivendo dificilmente.¹

Ana Vasconcellos Freitas é mestranda em História do programa de História Política da Universidade Salgado de Oliveira (anabvasconcellos@gmail.com).
Artigo recebido em 30 de dezembro de 2013 e aprovado para publicação em 22 de abril de 2014.

Diante desse dramático relato, Isolina Pereira recorda: “A emoção profunda que em nós produziu o recordar nossa juventude feliz ante aquela realidade dolorosa, nos atirou uma nos braços da outra.” E em seguida assegura:

Foi neste justo momento que nasceu o pensamento, não só de amparar a nossa querida visitante, como de criar um organismo de assistência social que pudesse apoiar todas aquelas pessoas que padecessem da ‘pobreza’ que se esconde porque ‘envergonhada’, e que é, sem dúvida alguma, a mais dolorosa das pobrezaas (Carvalho, 2004: 95).

A cena se passou, provavelmente, no final da década de 1930. O casal Pereira era formado pelo Dr. Álvaro e Dona Isolina. O Dr. Álvaro, nascido na Bahia em 1885, era filho do político Dr. Manoel Vitorino Pereira, que foi senador, governador e vice-presidente da República, não deixando dúvida de sua origem social privilegiada. Sabemos ainda que Álvaro Pereira construiu uma carreira na empresa de seguros Sul América. Sua escalada até a segunda posição na empresa veio a ocorrer em 1917, quando ocupou o lugar de seu finado sogro. Quando faleceu, em 1968, encontrava-se aposentado do cargo de presidente da empresa. (Carvalho, 2004: 55)

Quanto à Dona Isolina (1885-1968), percebemos, através de um texto autobiográfico escrito em 1934, que também pertencia a uma camada social prestigiada. Sua religiosidade é declarada em cada parágrafo desse relato, em que confessa seu desejo de tornar-se freira, reprimido pelo pai. Expressa orgulho ao lembrar que conseguiu fazer sua primeira comunhão aos 9 anos, quando o recomendado seria aos 11. Aos 15 anos, fez voto de castidade. A essa altura, seu pai, já casado pela segunda vez, proibiu suas práticas religiosas (Carvalho, 2004: 15).

Inconformada com a proibição, a jovem Isolina abandonou a casa paterna e pediu abrigo no colégio Sion, o que lhe foi negado. Decepcionada, procurou ajuda em um colégio de Irmãs de Caridade e mais uma vez não obteve sucesso. Ambas as instituições temiam as ameaças de seu pai, revela ela. Foi somente na casa de um amigo deste (cujo nome não é revelado) que conseguiu ser recebida e passou a morar, conhecendo a solidariedade que a acompanhou durante toda a vida, uma solidariedade entre iguais (Carvalho, 2004: 17).

Através da família que a acolheu, conheceu seu futuro marido e casou-se logo, após um mês e meio de noivado. Mais uma vez demonstrou sua personalidade impetuosa, como já o fizera deixando a casa paterna para exercer livremente sua fé. Interessante notar que seu rompimento com a tradição, ou seja, com o pai, ocorreu justamente para preservar seu vínculo com outra tradição, o catolicismo

dentro do qual havia sido criada, tornando-se, no meu entendimento, uma rebelde pela causa da conservação.

Feito o breve reconhecimento do casal Pereira e de sua inspiração, gostaria de apresentar a instituição de caridade católica que é objeto deste artigo, o Apoio Fraternal. Fundado em 1938 no Rio de Janeiro, tinha como objetivo socorrer pessoas que passavam por problemas financeiros. Mas, como toda associação tem seus critérios, o Apoio se propunha ajudar apenas, e tão somente, a “pobreza envergonhada”.² Esclarecendo melhor, seu objetivo era apoiar pessoas que, por diferentes motivos, tinham perdido sua fortuna, fosse ela grande ou pequena. Indivíduos que, devido a sua antiga posição social, não poderiam pura e simplesmente recorrer à caridade comum e sofriam silenciosamente.

O casal Pereira não estava sozinho na execução de seu projeto. Cercou-se de amigos da mesma camada social e juntos começaram a colocar em prática o auxílio à pobreza envergonhada. Interpreto esses indivíduos como pertencentes a uma elite, compreendendo o termo da seguinte forma:

A noção de elite, pouco clara e seguidamente criticada por sua imprecisão, diz respeito acima de tudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos. Se, em outros momentos, sua imprecisão conceitual pôde ser percebida como uma deficiência por cientistas sociais e historiadores ciosos em dotar suas análises de ‘consistência científica’, esta mesma imprecisão tornou-se doravante cômoda e, de certa forma, instrumental: de fato, um número crescente de pesquisadores encontra na noção de elite uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégio inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo que evita a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção (Heinz, 2006: 7).

O Apoio Fraternal perseguia dois objetivos. Primeiro, fornecer um tipo de ajuda material complexa que incluía, por exemplo, a realocação profissional. Segundo, mas não menos importante, fortalecer a fé católica, ou em alguns casos reconduzir os “pobres envergonhados”, agora denominados apoiados, a essa religião.

Georg Simmel escreveu que “a maneira como se formam nossas ideias faz com que certos conjuntos de realidades se ordenem sem dificuldade em torno de ideias unificadoras e que sua totalidade apareça depois como uma imanente

relação entre seus elementos” (2011: 76). Essa afirmação ajuda a entender a adesão de certos segmentos sociais ao discurso proferido pelo Apoio Fraternal: a pobreza envergonhada é a mais dolorosa de todas as pobrezaas.

Este artigo pretende demonstrar o êxito deste discurso, que também previa a necessidade de uma obra específica e sigilosa para atender a pobreza envergonhada. Setores da Igreja Católica, entidades públicas e empresários compartilharam a ideia fortalecendo a instituição. Posto isto, visto, por intermédio da história do Apoio, reafirmar a heterogeneidade da pobreza e suas decorrentes subjetividades.

Acrescento que alguns fenômenos, durante a década de 1930, exerceram importantes influências sobre a instituição. Refiro-me ao projeto católico conhecido como neocrisandade, a criação de leis, decretos e entidades voltadas para a resolução da questão social e a implantação do Serviço Social no país. Portanto, esses fenômenos serão mencionados no decorrer do trabalho.

Catolicismo e avanços sociais na década de 1930

Como já insinuado, a recondução dos apoiados ao catolicismo é tratada neste trabalho como parte de um projeto religioso conhecido como neocrisandade. O marco de fundação desse projeto é creditado à Carta Pastoral de Sebastião Leme, redigida por este em 1916, quando foi nomeado arcebispo de Olinda. O documento recebeu a seguinte análise de Scott Mainwaring (2004: 41):

Nela, ele chamava atenção para a fragilidade da Igreja institucional, as deficiências das práticas religiosas populares, a falta de padres, o estado precário da educação religiosa, a ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política da Igreja e sua depauperada situação financeira (...) A Igreja precisava cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos.

A semente lançada em 1916 começou a brotar em 1921, observa Rioldo Azzi (2008: 7). Naquele ano, Dom Leme foi transferido para o Rio de Janeiro e assim suas ideias ganharam maior visibilidade. Contudo, Azzi também observa que elas não encontraram recepção na maioria do público católico, pois:

O ganho desse catolicismo europeizado, mais intelectual e racionalista, vai se dar justamente no seio das elites também euro-

peizadas e é entre elas, abaladas pela guerra e pelo fim do mito do progresso e da racionalidade capitalista e liberal, que a Igreja vai colher uma série de importantes conversões de homens de letras, homens de Estado, diplomatas e científicos. Muitos retornam à fé de sua infância e de seus pais (2008: 279).

Apesar da não penetração nas classes populares, o autor afirma que entre 1922 e 1962 eram as ideias de neocrisandade que guiavam as ações católicas e das instituições ligadas direta ou indiretamente à Igreja Católica. Tal era, a meu ver, o caso do Apoio Fraternal.

Percebe-se no comentário de Azzi que esse projeto que arregimentou e mobilizou parte da elite e da classe média nacional em nome da restauração católica era de inspiração antimodernista. Sobre o modernismo vivenciado nos anos de 1920, Marly Silva da Motta fornece o seguinte panorama:

O desmoronar dos valores que sustentavam a *belle époque* – o liberalismo, o otimismo científico, o racionalismo, já abalados desde antes de 1914 – traduziu-se, em todos os domínios de pensamento, por uma vontade de renovação. A inquietação intelectual se acelerou no final década, com a Revolução Russa e o fim da Grande Guerra (...).

A virada para a terceira década do século XX foi marcada, pois, pela rejeição da *belle époque*, fortalecendo o anti-intelectualismo, o antiliberalismo e o nacionalismo, componentes que alimentavam o pensamento tradicionalista (...) (Motta, 1992: 32).

Portanto, as décadas iniciais do século XX reafirmam³ os intensos conflitos entre Igreja Católica e modernidade, evidenciando a perplexidade do catolicismo frente ao surgimento de novos espaços de sociabilidade, novos hábitos de vestir, de esporte e lazer que secularizavam a família (Azzi, 2008: 164).

Um aspecto fundamental do ideal da neocrisandade era o restabelecimento do prestígio da Igreja Católica perante o Estado. Entre 1930 e 1945, anos marcados pela longa passagem de Vargas pelo poder, ocorreu o auge da cooperação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, uma aliança pautada em interesses comuns, notadamente a manutenção da ordem social (Mainwaring, 2004: 47).

Portanto, foi no período de acentuação das mudanças, ou seja, após o fim da Primeira República, acompanhado da aceleração dos processos urbano-industriais, que contraditoriamente se consolidou o apelo à tradição católica con-

tando justamente com o apoio de um dos principais agentes da modernização, Getúlio Vargas.

Paralelamente aos esforços de Cardeal Leme de apoiar o governo, uma série de instituições leigas católicas foi implementada ou estimulada pela Igreja. O contato do Apoio Fraternal com essas instituições era estreito. Já em 1942 a instituição foi incorporada à Comissão das Obras Sociais, por sua vez parte integrante da Confederação Católica (Ata 145, 24/8/1942).⁴ Dois anos depois, foi convidada a assistir à reunião na ASA, departamento criado para orientar, articular e disciplinar as atividades dos católicos no âmbito dos problemas sociais (Ata 198, 28/10/1944).

O relacionamento entre o Cardeal Leme e Isolina Pereira era anterior à fundação do Apoio. Quando o sacerdote fundou a Confederação Católica, em 1922, confiou a ela a direção da Comissão da Santificação da Família. O cardeal seria uma figura constante nos primeiros anos do Apoio Fraternal, como se deduz das leituras de atas da instituição. Ao que parece, Isolina Pereira cumpria um papel intermediário entre a recatolicização e suas apoiadoras, assumindo a tarefa de instruí-las para essa missão:

Estando a findar-se o período de férias, o que determinará o regresso das visitantes que se acham ausentes, é desejo de Isolina Pereira reuni-las para uma sessão preliminar, com que se iniciará a ‘formação’ de que carecem para o exercício de sua delicada tarefa. ‘Delicada’ porque lhes está confiada a parte mais importante da Obra, qual essa de despertar nas almas com que se põe em contato os sentimentos religiosos muitas vezes adormecidos pelo sofrimento, e ensinar-lhe não somente a resignação mas o sentido e proveito desse sofrimento... (Ata 23, 16/3/1939).

Existe outro aspecto, caro a este trabalho, relativo à década de 1930. É preciso lembrar que essa mesma década assinalou o nascimento do Serviço Social no país. Segundo a doutora em Serviço Social Maria Lúcia Martinelli (2006: 121), este surgiu “como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, e tendo como referencial o Serviço Social europeu”.

Outra doutora em Serviço Social, Maria Luiza Mestriner (2005: 51), informa a existência de diversas instituições filantrópicas voltadas para o auxílio à pobreza em geral, fornecendo um panorama dos programas sociais desenvolvidos pelo Estado brasileiro a partir da década de 1930.

Identifica-se, na época, um ambiente favorável à filantropia, atestado por várias leis e decretos do governo de Getúlio Vargas. Um exemplo foi a criação em 1938, do CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social (Decreto-Lei nº 525). Mestriner também sugere que a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, seria a culminância da política social, representando “(...) a grande instituição federal de assistência social (...) com a intervenção direta do Estado (...) valendo-se da mobilização do trabalho civil, feminino e de elite, em apoio ao esforço nacional representado pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial” (2005: 107).

O Apoio em prática

Inserido em um universo contraditoriamente marcado por transformações e pela resistência a elas, o Apoio nasceu durante o Estado Novo. Com a finalidade de pontuar a questão social nesse período, recorro ao diagnóstico de Angela de Castro Gomes:

É fundamental observar que a questão social surgiu então como grande marca distintiva e legitimadora dos acontecimentos políticos do pós-30. A revolução e principalmente o estabelecimento do Estado Novo distinguiam-se de todos os demais fatos de nossa história, na medida em que se afastavam das meras preocupações formais (...) para mergulhar nas profundezas de nossas questões econômicas e sociais (...) o legítimo seria o regime que promovesse a superação do estado de necessidade em que vivia o povo brasileiro, enfrentando a realidade política e econômica da pobreza da massa (Gomes, 2005: 197).

Como visto, havia uma preocupação profunda com a questão social naquele momento, porém aos olhos do Apoio Fraternal a pobreza envergonhada requereria uma ajuda sigilosa, que estava disposto a conceder. Gostaria de chamar tal ajuda de social-assistencial. O termo foi retirado do estudo de Robert Castel, que o define como um tipo de ajuda possuidora de características formais específicas, envolvendo a construção de um conjunto de práticas de proteção e integração, a existência de pessoas que no mínimo esboçam uma especialização para o assistencialismo, a seleção de quem deve receber ajuda, e o local onde deve ser praticada assistência (Castel, 2005: 57-59).

A análise do depoimento sobre o nascimento da instituição, com o qual iniciei este artigo, é reveladora ao traduzir a necessidade de efetivamente de-

monstrar a gênese, de dar um início nobre à obra através da fragilidade econômica personificada na figura de uma viúva. Além disso, o depoimento também articula o conceito de memória e identidade proposto por Michael Pollack:

(...) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (2004: 204).

A viúva, ao invocar a memória, no caso um passado feliz, ressalta a existência de identidade entre as duas mulheres. O efeito do encontro é descrito como imediato por Dona Isolina: não bastava prestar, isoladamente, a caridade à “pobreza envergonhada”, era preciso fundar uma instituição com esse fim. O Apoio sob esse aspecto ilustra a primazia da memória-identidade sobre questões econômicas

Por fim, o citado depoimento também consigna uma determinada representação social: a pobreza envergonhada é a pior das pobreza. Para compreender essa representação faço uso do conceito formulado por Chartier (1990: 16):

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido... As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Nos primeiros anos o empreendimento de auxílio à pobreza envergonhada, como demonstrarei, pode ser caracterizado como bem-sucedido. Crédito

tal sucesso a dois aspectos. Primeiramente, ao excelente uso do capital simbólico dos apoiadores na obtenção de recursos, como afirma Pierre Bourdieu:

As relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico. Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais exatamente, pelo monopólio da nomeação legítima, os agentes investem o capital simbólico que adquirem nas lutas anteriores e que pode ser juridicamente garantido. Assim os títulos de nobreza, bem como títulos escolares, representam autênticos títulos de propriedade simbólica que dão vantagens de reconhecimento (1990: 163).

Quanto ao segundo aspecto, diz a respeito à tentativa de manter o grupo coeso, cimentado pela origem e posição social e também pela prática católica. Demonstrando sua capacidade de liderança e sua visão estratégica, dizia Isolina Pereira:

Muitas obras se desagregam quando desaparecem aqueles que eram o centro, a alma da obra, e entram outras pessoas, que muitas vezes manifestam espírito de reforma e adaptação a novos sistemas. Com isso, não vamos diminuir a parte espiritual em uso há muito tempo (missas, orações, reuniões, etc.). Aí é que está o grande perigo. Para evitar que isso aconteça, é necessário que os novos elementos sejam pessoas bem formadas, constituindo um grupo vivo, animado do mesmo espírito da Obra (Carvalho, 2004: 38).

A fundadora do Apoio tinha claro que a coesão do grupo dependia da origem dos integrantes, os bem formados e dispostos a uma intensa prática religiosa. O filtro da instituição era severo, a seletividade valia para o tipo de pobreza específica, como também para um tipo específico de apoiador.

Tentando melhor validar o discurso produzido por Dona Isolina, recordo que a vinculação entre coesão e sucesso de projetos é comum a diversos autores das ciências humanas e sociais. Por exemplo, Norbert Elias afirma:

Mediante um exame mais detido, é frequente poder descobrir que (...) um grupo tem um índice de coesão mais alto do que o outro e essa integração diferencial contribui substancialmente para o seu excedente de poder; sua maior coesão permite que esse grupo reser-

ve para seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado (2000: 22).

Assinalei no início do artigo que o Apoio Fraternal consignou práticas específicas aos apoiados. Gostaria, neste momento, de esclarecer a afirmação. O fornecimento de cesta de alimentos, roupas e remédios era conjugado com a assistência médica, incluindo cirurgias, internações e saúde preventiva. Em 1939, foi relatado que:

D. Chiquita Novis propõe que se adote uma ficha de saúde padronizada, cujo questionário respondido forneça uma informação suficientemente elucidativa das condições de saúde de todos os assistidos (...) O fim (...) é não somente prestar um auxílio imediato nos casos positivos de moléstia, mas, sobretudo preveni-las, com que se fará mais inteligente e melhor caridade. Lembrou igualmente D. Chiquita a adoção de fichas espirituais, tendo em vista que constituem o empenho primordial de nossa Obra, isto é, os interesses de Deus junto às almas. Seu pensamento, porém, fora antecipado por D. Alzira Dutra, que com resultado já vem empregando as fichas espirituais (Ata 19, 17/2/1939).

A dinâmica das narrações contidas nas atas demonstra sucesso na recondução ao catolicismo. A senhora de inscrição 89, após um retiro na Capela da Obra, retornou à religião após dez anos de afastamento (Ata 93, 9/12/1940). Com a senhora de inscrição 118 ocorreu o retorno após 30 anos afastada da religião (Ata 149, 17/10/1942).

Diante desses triunfos e outros tantos, em 1941 Isolina Pereira propôs que, mesmo não sendo mais necessária a ajuda material, as visitantes mantivessem contato com os ex-apoiados “tendo em vista o interesse das almas” (Ata 115, 9/9/1941). A vigilância fazia sentido, já que poderiam ocorrer casos extremos, dentro da lógica da instituição, como o da senhora de inscrição 178, de “conhecidas tendências espíritas” (Ata 178, 9/11/1943).

A complexidade da concepção de caridade (indicando importâncias e valores), a forma discreta de obtenção de recursos, dentro de um ambiente social delimitado, revelam uma prática social específica, e ainda, de acordo com Charrier, “práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (1990: 23).

Considerando essa definição de prática social, destaco um exemplo por ser particularmente distintivo. Na Ata 172, surge uma personagem que retorna-

rá várias vezes depois. Trata-se de D. Laurita Pessoa Raja Gabaglia, que dou Cr\$ 5.000,00 a serem empregados no enxoval de uma noiva pertencente à família socorrida. Tal gesto foi bastante enaltecido pela diretoria (Ata 172, 3/9/1943). A mesma senhora repetiu o feito pelo menos em mais três ocasiões (Ata 184, 22/3/1944, Ata 206, 26/5/1945 e Ata 234, 8/1/1947). A generosidade de D. Laurita deve ter inspirado D. Vera Weil, que doou, em 1945, Cr\$ 10.000,00 para o enxoval de duas noivas (Ata 208, 6/7/1945).

Tentando dimensionar materialmente essas doações, assinalo que a contribuição anual do Banco do Brasil tinha sido recentemente aumentada para Cr\$ 20.000,00 (Ata 160, 17/3/1943); portanto, aparentemente, os valores mencionados acima não seriam pequenos. Quanto ao valor simbólico, não é difícil de imaginar a dimensão, tanto para quem recebia quanto para quem doava.

Durante o período apurado, o Banco do Brasil foi um dos principais colaboradores. Em 1941, o auxílio anual era de 15.000\$000 segundo a Ata 103, de 2/6. Necessitando, porém, aumentar essa doação, sabe-se que

D. Isolina Pereira comunicou que tendo ido em comissão com D. Julieta L. Teixeira e Olga Matoso ao Banco do Brasil, do entendimento que tiveram com sua Alta Direção ficou resolvido que seria aumentada a contribuição anual daquela entidade ao Ap. Fraternal (Ata 158, 25/1/1943).

A lista de doações da iniciativa privada é extensa. São exemplos as do Banco Boa Vista, Casa Colombo, Fábrica Aymoré, Moinho Fluminense (Ata 12, 21/12/1938), Café Câmara (Ata 14, 6/1/1939), Singer (Ata 111, 4/8/1941), Cia Sul América Terrestre, Cia Sul América Capitalização, Banco Hipotecário Lar Brasileiro (Ata 183, 18/1/1944).

Tanto o auxílio poderia proceder de uma ocasião elegante – “a cidade de Petrópolis teve o prazer de ouvir um esplêndido concerto de órgão realizado por Plácido de Oliveira, em benefício do Apoio Fraternal. A renda do referido concerto foi de Cr\$ 12.174,00” (Ata 222, 3/5/1946) – como de estâncias governamentais. Em 1943, recorria-se à Coordenação de Mobilização Econômica, conseguindo 800 quilos de açúcar mensais, e ao IAPS, obtendo a promessa de gêneros alimentícios (Ata 165, 28/5/1943).

Por mais que seu objeto de ajuda fosse seletivo, a instituição não se furta a estabelecer parcerias ou obter subsídios que concretizassem sua missão. Portanto, agia também dentro da rede de solidariedade que era comum à pobreza em geral.

A instituição recebia subvenção do governo em dinheiro (Ata 146, 8/9/1942) e cotas de café Departamento Nacional de Café (Ata 191, 22/7/1949), além dos órgãos já citados acima. Também mantinha contato com a Associação Lar Proletário (Ata 120, 20/10/1941).

Referências a favores concedidos pela Associação das Senhoras Brasileiras eram constantes (ex: Ata 31, 16/5/1940), assim como a favores da Escola Técnica de Serviço Social (ex: Ata 185, 22/4/1944). Portanto, o assinalado ambiente próspero para a busca de soluções sociais a partir de 1930 não era ignorado pelos integrantes do Apoio.

Porém, a ajuda do Estado nas questões sociais não estava livre de controle, e a instituição passou pelos trâmites usuais de fiscalização:

(...) o Apoio foi convidado a aparecer na Delegacia de Menores afim de aí se inscrever na Secção de Obras de Benemerência. Representando o Apoio lá esteve o seu vice-presidente Dr. Haroldo Cavalcanti que ouviu do Delegado uma explicação do motivo dessa convocação. Verificando-se muitos abusos na aplicação do auxílio financeiro fornecido pelo Governo Federal, havia o Ministério da Educação solicitado à Polícia que criasse um serviço de controle das Instituições de Caridade, subvencionadas pelo governo. Achando-se entre estas o Apoio Fraternal (Ata 198, 28/10/1944).

A preocupação da instituição com o mundo do trabalho era constante. A recolocação profissional pode ser cruzada com as inscrições que pediam desligamento da Obra, em função da melhoria de vida. De qualquer modo é importante assinalar que o Apoio Fraternal valorizava o trabalho, sempre que este estivesse condizente com a origem social do apoiado. Por exemplo, a moça da inscrição 173 deveria ser encaminhada pelo Dr. Álvaro ao telégrafo, “onde terá melhor remuneração e um trabalho à altura de seu merecimento” (Ata 149, 17/10/1942).

Em 1943, a inscrição 189 escreveu agradecendo a colocação no Arquivo Nacional graças à interferência de sua visitante D. Dulce Moreira da Fonseca (Ata 174, 24/9/1943). O caso da inscrição 212 exemplifica claramente que certos trabalhos não eram apropriados:

Um rapaz de 20 anos empregado de uma ‘cabaret’ atendendo ao pedido de sua piedosa mãe, abandonou esse emprego tão nocivo a sua fé, apesar de fazer muita falta seu ordenado. A visitante pede para ele o interesse da Diretoria a fim de que na obtenção de outra colo-

cação, para ele ver a proteção do Divino, que fez pelo seu ato de filial obediência (Ata 177, 11/1943).

Em abril de 1945, o rapaz ingressou no Arquivo Nacional, por intermédio do Dr. Vilhena de Moraes (Ata 205, 25/04/1945). Acrescento que no período estudado (1938-1948) pelo menos 40 inscrições pediram desligamento da Obra devido à “melhoria de vida”.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, a instituição teve a oportunidade de retribuir os auxílios recebidos do Estado, abrigo em sua sede o Posto 2 da Cruz Vermelha. Resumindo, sabe-se que o convite para colaborar nos esforços de guerra foi feito por ocasião da comemoração do aniversário da instituição, sendo aceito com “entusiasmo patriótico” (Ata 146, 8/9/1942).

O Posto 2 desenvolvia diversas atividades: palestras, aulas básicas de biologia e higiene visando os estudos da enfermagem. Tinha também um Curso Popular de Primeiros Socorros que contava com mais de 70 alunas matriculadas e ainda abrigava as apoiadoras que faziam uniformes e curativos para os soldados (Aata 151, 14/11/1942).

Em reunião extraordinária, em 29 de janeiro de 1943, Isolina Pereira informou

(...) aos presentes que em nome da Legião Brasileira de Assistência, fora procurada por D. Olga Paiva Meira diretora da secção de assistência às famílias dos convocados. A referida senhora tratará da possibilidade do Apoio para a inscrição e correspondente auxílio às famílias de convocados que se ajustarem ao seu objetivo, concorrendo para isso a Legião com uma determinada importância mensal. Examinando de primeira mão o assunto ficou resolvido que em princípio aceitará o Ap. Fraternal esse trabalho de colaboração tendo em vista o dever que para todos decorre da hora presente, de contribuir para o esforço de guerra. O modo porém pelo qual prestará a obra a cooperação ficou para ser assentado em ulterior deliberação.

No ano seguinte, 1944, a Cruz Vermelha pediu que o Apoio Fraternal ajudasse financeiramente outros postos que, “dispondo de uma renda insignificante, não podem se manter sozinhos.” Sobre tal pedido, transcrito na Ata 184 (22/3/1944), não obtive mais informações. Porém gostaria de relacionar esses dois pedidos, que interpreto como uma demonstração do prestígio de que o Apoio Fraternal gozava perante instituições de vulto nacional, como a LBA, e internacional, como a Cruz Vermelha.

De qualquer forma, sabe-se que o Posto 2 foi bem-sucedido. Em agradecimento, a Cruz Vermelha Brasileira doou Cr\$10.000,00 ao Apoio Fraternal (Ata 217, 7/12//1945) e no ano seguinte conferiu à instituição o título de sócio benfeitor; além disso, inaugurou uma placa em homenagem a Isolina Pereira. Provado estava o reconhecimento de forma material e moral (Ata 225, 12/7/1946).

A instituição colocava-se a serviço dos esforços de guerra, mas não ficou imune diante da crise econômica que tais esforços engendraram. Em 1942 a diretoria do Apoio Fraternal ponderava:

Considerando as dificuldades da hora presente consequência da convulsão internacional, de efeito já bem sensível entre nós, resolveu a diretoria limitar em 110 o número de famílias inscritas, tendo em vista que levar socorro eficaz a um menor número de famílias é preferível à solução inversa (...) (Ata 136, 30/5/1942).

Os apoiados

Um dos pilares do Apoio era o sigilo sobre a identidade dos apoiados. Além de sempre serem identificados por números, era também vedada sua entrada na sede, o que fica evidente na leitura da Ata 237, de 5/5/1947:

D. Isolina Pereira lembrou a campanha da Páscoa que será dupla. A dos membros, amigos e benfeitores está marcada para o dia 26 de maio próximo na Capela do Apoio, sendo o celebrante S. Eminência D. Jaime de Barros Câmara. Quanto à Páscoa das famílias assistidas, uma vez que o sigilo da Obra impede que elas compareçam à sua sede, será em separado.

A impossibilidade de identificar os apoiados nominalmente não impede de tentar resgatar suas trajetórias de vida, através das informações contidas nas atas de reunião. Durante a pesquisa busquei identificar a qual “mundo” os apoiados pertenciam. Sem afinidades culturais e simbólicas com os tradicionais despossuídos e incapazes de usufruir o padrão de vida de seus amigos, poderiam sentir-se duplamente excluídos, marginalizados. Gilberto Velho chama a atenção para identidades que são adquiridas pelos indivíduos de acordo com suas trajetórias de vida:

Uma das questões mais interessantes e polêmicas é verificar até que ponto a participação em um estilo de vida e em uma visão de mundo, com algum grau de especificidade, implica uma adesão que seja significativa para a demarcação de fronteiras e elaboração de identidades sociais. É evidente que existe uma básica diferença entre uma identidade, socialmente já dada, seja étnica, familiar, etc., e uma adquirida em função de uma trajetória com opções e escolhas mais ou menos dramáticas (1988: 119).

Mesmo não sendo possível esgotar a questão da identidade da “pobreza envergonhada”, a pesquisa tornou possível distinguir dois grupos de apoiados. O primeiro é aqui retratado como sendo o que aproveitava, agradecia e muitas vezes retribuía o auxílio, indo ao encontro da expectativa que a Obra projetava sobre ele.

São casos como o da senhora da inscrição 22, que pedia, em 1939, uma pensão para os meses de janeiro, fevereiro e março, já que nestes ficava sem seus alunos de francês. No mesmo documento (Ata 56, 20/12/1939) a senhora mencionava o fato de que visitava sua apoiadora, confortando-a já que estava adoecida. Como dito na fonte, “uma significativa inversão de papéis.” Seu pedido foi aprovado.

A retribuição do auxílio, comprovação da eficácia da Obra, poderia ser moral, como na ficha 22, ou material. Os tipos de retribuição foram feitos pelos ex-apoiados da ficha 109. Tendo já há mais de um ano regularizado sua vida, passaram a ser contribuintes com a quantia mensal de Cr\$ 10,00. E “convidavam a antiga visitante para ser madrinha de crisma de uma de suas filhas, gestos esses que comprovavam os delicados sentimentos da referida família” (Ata 168, 9/7/1943).

Há relatos que expressam gratidão e reafirmam a representação da “pobreza envergonhada”. É o caso da senhora inscrita sob o número 236: “Deus é bom e generoso. Além dos benefícios materiais, dá-nos essas boas almas que compreendem nossa dor oculta, este peso que acompanha a pobreza escondida” (Ata 116, 15/9/1941).

Antes de assinalar o segundo grupo de apoiados, relato o caso da inscrição 143 (Ata 116, 15/9/1941) por ilustrar que a ruína financeira podia ser implacável, inclusive com os apoiadores, o que reafirmava a necessidade de coesão do grupo para socorro mútuo:

Este caso muito emocionou os presentes, por se tratar de pessoa que de benfeitora do Ap. Fraternal passou a ser socorrida. No fim de sua existência os acontecimentos se precipitaram com incrível rapidez – doença gravíssima, perda de situação, o socorro do Ap. Frater-

nal, morte. Como uma expressiva lição sobre a extrema fragilidade das cousas da terra e conseqüente necessidade de nos firmarmos na única cousa permanente, estável – Deus.

O segundo grupo identificado é composto por apoiados que entravam em choque com as propostas oferecidas. A inscrição 152 acabou sendo cancelada, já que se recusou a trabalhar como dama de companhia. A direção da instituição concluiu que, “por ser exigente e de difícil solução o seu caso, não aceitou mais de uma colocação que lhe foi oferecida pela Associação das Senhoras Brasileiras, portanto esgotando o prazo de um ano nada mais justifica sua inscrição” (Ata 148, 3/10/1942)

Essa senhora, ao que parece, não tinha assimilado uma identidade nova, fruto de sua falência financeira, o que dificultaria o sucesso dos apoiadores, e portanto não deveria manter-se na Obra. Mas não só adultos mostravam-se relutantes em se adaptar à nova vida:

A propósito das matrículas gratuitas conseguidas no Educandário São José e no colégio Santos Anjos, informou a secretária não haverem sido aproveitados: o primeiro por ter o seu candidato, quando compareceu à primeira aula, se sentido humilhado ao saber que sua matrícula era gratuita. Estava certo que a Obra iria entrar mensalmente com a importância devida. Quanto à menina que já tinha sido aceita no Colégio Santos Anjos e para a qual já havia a Diretoria do Apoio comprado a maior parte do enxoval pedido, alegou sua mãe achar-se ela muito nervosa com a ideia de ser internada e por isso desistiu da matrícula. Aos diretores desses estabelecimentos escreveu a secretária agradecendo a atenção dispensada ao pedido da Obra e solicitando que destinasse a outros protegidos seus o benefício que não foi devidamente apreciado pelos primeiros contemplados (Ata 184, 22/3/1944).

Sua atitude custou a não inscrição da família na Obra: “(...) a ficha 382 foi indeferida, depois de ter a diretoria satisfeito o pedido feito pela família qual o de obter uma matrícula gratuita no Educandário São José. O favor uma vez obtido foi desprezado pelo rapaz interessado” (Ata 185, 22/4/1944).

O rapaz perdeu a oportunidade de voltar a frequentar um ambiente social que o padrão financeiro de sua família já não mais permitia. A gratuidade de seu estudo invalidava o pertencimento ao grupo de alunos que dispensavam esse tipo de ajuda. A simples convivência no mesmo espaço social não superava a vergonha de sua pobreza. Esse episódio remete ao pensamento de Bourdieu, que

afirma que a “grande miséria” não pode ser o único referencial do estudo da pobreza. Para o autor devem ser levadas em conta as “pequenas misérias” (1997:12). Nas primeiras páginas do livro *A miséria do mundo*, Bourdieu dimensiona a relatividade da pobreza:

A peça de Patrick Süskind, *O contrabaixo*, oferece uma imagem (...) como o contrabaixista no meio da orquestra, ocupam uma posição inferior e obscura no interior de um universo prestigioso e privilegiado, experiência tanto mais dolorosa sem dúvida porque este universo, do qual eles participam justo o suficiente para provar seu relativo rebaixamento, está situado mais alto no espaço global (1997:12).

Contrastando com a situação analisada acima, temos caso do rapaz que, readmitido no Instituto Jurema, recebeu com alegria a notícia:

O diretor do referido Instituto consentiu a pedido da nossa Vice-presidente D. Evangelina Borges que esse seu ex-aluno continuasse os estudos gratuitamente, caso liquidasse o débito antigo que tinha para com o Colégio. Imediatamente a mãe do menino pôs-se em atividade e remexendo os seus “guardados” vestígios de um passado próspero entre os quais se achava uma colcha de valor. Conseguiu com a venda a quantia de 950 cruzeiros que levou imediatamente ao Diretor do Instituto (Ata 184, 22/3/1944).

Retornando aos apoiados rebeldes, percebe-se que a obtenção de ajuda poderia ter limites ditados por estes:

A Associação Lar Proletário por intermédio de D. Elza Dutra ofereceu à aquisição de uma família amparada pelo Ap. Fraternal mediante a contribuição mensal de 120\$000 sem entrada uma das casinhas recém construídas em São Cristóvão. Infelizmente encerrou-se o prazo de aquisição sem que alguma das famílias às quais foi feita a consulta se apresentasse como pretendente (Ata 120, 20/10/1941).

Aceitar ajuda dos seus iguais era admissível, mas de uma associação chamada Lar Proletário não despertava interesse algum. No entanto, tempos depois, é possível ver rastros de situação semelhante:

A família recusou aceitar a moradia gratuita que juntamente com a gratificação de 400,00 lhe ofereceu a ‘Associação Lar Proletário’ para que residisse no bairro desse nome e pudesse ter sobre os moradores do mesmo uma influência benéfica. Estranhando tal recusa por parte de uma família que deve viver uma vida penosa, determinou a diretoria que se lhe enviasse uma carta, fazendo-lhe delicadamente sentir a sua estranheza (Ata 155, 2/1/1943).

Duas ideias podem advir a partir do texto acima. Uma diz respeito à manutenção da intenção dessa família (n.166) de não conviver com pobres, digamos naturais, apesar da observação de que sobre estes teriam boa influência. A segunda aventa a possibilidade de dentro do núcleo apoiado haver uma hierarquia interna, já que nenhuma outra inscrição registrou a insistência do Apoio em aproveitar essa oportunidade. Talvez entre as famílias a 166 fosse a menos envergonhada e, portanto, deveria aceitar a oferta.

Essa ideia de hierarquização é reforçada à medida que se encontram casos com menções significativas à origem e à rapidez da inscrição e ao rompimento de critérios rígidos de sindicância. Na Ata 252 pode ser lido que “por se tratar de um caso extraordinário de família rigorosamente enquadrada no objetivo e estando longe a data estabelecida para a reunião seguinte, ela foi inscrita sob o número 313, sendo a ficha 586” (em 11 de junho 1948).

A urgência dessas famílias era por excelência a urgência do Apoio: “Quanto à ficha n. 484, foi logo inscrita sob o n. 260 (...) por se tratar de pessoa muito conhecida, um legítimo caso de pobreza escondida” (Ata 205, 25/4/1945). Muitas vezes as atas, mais que adjetivar as famílias, expunham sentimentos: “Constrange-se a Diretoria em inscrever no quadro de seus socorridos um chefe de família conhecida, com vários títulos de cultura, e que apenas pede uma recomendação e uma colocação para os filhos” (Ata 183, 18/2/1944). Como último exemplo de valorização da origem social, destaco:

A sessão foi presidida por D. Isolina Pereira, a qual (...) pediu fosse novamente considerado o caso da ficha de visita de n. 26, aberta em janeiro do ano passado (...) não logrando a família em causa obter inscrição. É que as visitantes ao fazerem a sindicância no ano passado e neste, apenas tiveram contato com um dos cônjuges, pessoa evidentemente fora da finalidade do Ap. Fraternal. Informações posteriores, porém, deixaram fora de dúvida que o outro cônjuge foi pessoa de elevado meio social e de educação, pelo que a Diretoria manteve o princípio até aqui observado no caso de união desigual, isto é, quando uma

das partes teve bom nascimento e boa educação, e autorizou a admissão da família (Ata 71, 10/7/1940).

O Apoio Fraternal criava um modelo de assistência especializada no Rio de Janeiro da década de 1930, porém não se furtava a comemorar a descoberta de pioneiros do auxílio à “pobreza envergonhada”. Em 1942 o Dr. Haroldo Cavalcanti apresentou um folheto sobre uma obra com o mesmo objetivo fundada no século XV, e causou a seguinte reação: “interessando-se vivamente pelo assunto, a diretoria resolveu publicar um folheto sobre a vida desse eminente personagem que foi homem de excelsas virtudes.”

Se o passado enobrecia o ideal do grupo, na década de 1940 a ideia despertava admiração de outros agentes sociais católicos:

D. Evangelina Borges comunicou haver visitado, em companhia de D. Evelina de Sousa-Leão, o Desembargador Edgar Costa, Provedor da Irmandade do Outeiro da Glória, atendendo o desejo manifestado por esse senhor ao Dr. Luiz F. de Sousa-Leão Filho de conhecer a Obra e ajudá-la. Declarou o Sr. Ex, disse D. Evangelina, que a fundação de uma Obra semelhante à do Apoio fazia parte do programa de ação social da referida Provedoria, mas que diante das dificuldades encontradas e do conhecimento que tivera da existência de uma instituição similar à que imaginara, desistira da sua fundação, sendo o seu desejo ajudar o Apoio Fraternal (Ata 205, 25/4/1945).

O Apoio conseguiu o reconhecimento de sua relevância social. Isso se deu no interior de grupos de elite sociais, políticas e religiosas. Como último argumento favorável ao sucesso da instituição, destaco:

A festa de aniversário do Apoio Fraternal foi realizada no dia 27 de novembro e animada com a presença de numerosos amigos e benfeitores da Obra. (...) Falou depois Monsenhor D. Henrique de Magalhães que em palavras repassadas de muita emoção mostrou ao Exmo. Sr. Arcebispo a bela e delicada missão do Apoio Fraternal. Seguiu-se a palavra de D. Jaime agradecendo as manifestações recebidas e dizendo toda a sua alegria em tomar conhecimento com uma Obra tão interessante, de tanto alcance social e que sempre fora objeto dos desvelos do Cardeal Leme (Ata 180, 10/12/1943).

Palavras finais

A feitura deste artigo envolveu a leitura de centenas de atas de reuniões ocorridas entre os anos de 1938 e 1948. O contato com essas fontes permitiu observar que um grande número de famílias, em alguns casos indivíduos, recorreu ao Apoio a fim de solucionar problemas financeiros apesar da criação de programas sociais a partir 1930. Essa opção pode ter sido causada por diferentes motivos, porém defendendo a ideia de que essas pessoas preferiam a ajuda sigilosa e complexa que o Apoio Fraternal oferecia. Essas pessoas se reconheciam como integrantes da “pobreza envergonhada”.

Por intermédio da instituição elas conseguiram, em menor ou em maior grau, uma solução para suas aflições materiais. Quanto ao catolicismo, fator de identificação entre apoiadores e apoiados, observam-se numerosas narrativas de reconciliação com a prática religiosa. Concluindo, o grupo de ajuda social-assistencial católico Apoio Fraternal teve importância efetiva sobre a “pobreza envergonhada” e pode ser compreendido na seguinte afirmação: “(...) entre o indivíduo e a nação, há muitos outros grupos (...) também eles têm sua memória, cujas transformações atuam muito mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros” (Halbwachs, 2004: 84).

Notas

1. Este e outros depoimentos fazem parte do trabalho intitulado *Apoio Fraternal, uma obra feita de amor*, da jornalista Rose de Carvalho, encomendado pela própria instituição.

2. De acordo com Robert Castel (1995: 88), esse tipo de pobreza aparece na segunda metade do século XIII na Itália e está relacionada com o desenvolvimento urbano que acarretou uma mobilidade social descendente. Nos hospitais e associações religiosas podem ser encontradas menções

a um orçamento especial para esses indivíduos.

3. Estudiosos da História da Igreja Católica detectam o confronto entre essa instituição e a modernidade ao longo de muito tempo. Como exemplo, João Batista Libanio entende a Reforma Protestante como marco expressivo de tal confronto. Mais informações em seu livro *Igreja contemporânea, encontro com a modernidade*.

4. A instituição realizava reuniões semanais, transcritas em atas, transformadas em fontes para a feitura deste trabalho.

Referências bibliográficas

- AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*, Tomo II/3-2 *Terceira Época – 1930-1964*. São Paulo: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- . *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- . *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARVALHO, Rose. *Apoio Fraternal uma obra feita de amor*. Rio de Janeiro: RC Comunicações, 2004.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- ELIAS, Nobert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HEINZ, Flávio Madureira. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LIBANIO, João Batista. *Igreja contemporânea – encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2002.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1885)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 2006.
- MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2005.
- MOTTA, Marly da Silva. *A nação faz cem anos: a festa nacional do centenário da Independência*. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3 1989.
- . Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- SERBIN, P. Kenneth. *Padres, celibato e conflito social – Uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SIMMEL, Georg. *Ensaios sobre a teoria da história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- . *Memória, identidade e projeto. Uma visão antropológica*. *Revista TB*, Rio de Janeiro, 1988.

Resumo

Em 1938 foi criada na cidade do Rio de Janeiro a instituição de caridade católica Apoio Fraternal, com a missão de amparar exclusivamente pessoas

que tinham perdido fortuna e posição social a ponto de necessitarem da ajuda alheia. Tal amparo de caráter absolutamente sigiloso previa um complexo auxílio material e religioso. Este artigo pretende abordar a existência de uma pobreza envergonhada e suas especificidades com a finalidade de exemplificar as tensões e conflitos que envolvem o pertencimento a um grupo social. As fontes analisadas encontram-se no acervo da instituição, ainda em funcionamento nos dias de hoje.

Palavras-chave: pobreza; elite; classe social; catolicismo.

Abstract

In 1938, a charity institution called Apoio Fraternal was established in Rio de Janeiro with the intention to help exclusively those who had lost their fortune and status and needed help. The help was kept in secret and included monetary and religious assistance. This article intends to examine this ashamed poverty and show the tensions and conflicts related with the belonging to a specific social group. The institution is still in operation and the sources used in this paper are part of its files.

Keywords: poverty; elite; social class; catholicism.

Résumé

En 1938, a été créée dans la ville de Rio de Janeiro l'institution de charité catholique Soutien Fraternel, destinée à soutenir exclusivement des gens qui avaient perdu leur richesse et leur position sociale au point d'avoir besoin de l'aide des autres. Cette assistance, absolument confidentielle, prévoyait une aide matérielle et religieuse très complexe. Cet article veut examiner l'existence d'une pauvreté honteuse et ses spécificités afin d'illustrer les tensions et les conflits qui entourent l'appartenance à un groupe social. Les sources analysées se trouvent dans les archives de l'institution, qui fonctionne encore aujourd'hui.

Mots-clés: pauvreté; élite; classe sociale; catholicisme.